

**AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE
CANDIDATURAS COM APROVAÇÃO CONDICIONADA
NOS TERMOS PREVISTOS NOS N.ºs 7 A 11 DA DELIBERAÇÃO N.º
08/2019, DA CIC PORTUGAL, DE 9 DE ABRIL, ALTERADA PELA
DELIBERAÇÃO N.º 01/2022, DA CIC PORTUGAL, DE 21 DE
JANEIRO**

AVISO Nº ALT20-42-2022-04

“INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE”

DOMÍNIO DA INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

ALENTEJO

2020 PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO ALENTEJO

Histórico de Versões

Versão	Data	Descrição	Destinatários
V.1.0	19-12-2022	Abertura do Aviso	Internos e externos

Sumário de alterações

Versão	Registo de alterações

Programa Operacional Regional do Alentejo		
Eixo Prioritário	6	Coesão Social e Inclusão
Prioridade de Investimento	9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
Objetivo Específico		Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos infraestruturas sociais na área da deficiência, da terceira idade e da infância, de modo a melhorar as respostas sociais existentes, com especial incidência no apoio à reconversão, remodelação, ampliação e adaptação infraestrutural da rede social e solidária, viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções capazes de assegurar a qualidade e modernização.
Indicador de Realização	O.09.07.02.C - População abrangida por serviços de saúde melhorados (n.º.)	
Indicadores de Resultado	R.09.07.13.P - População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde (%)	
Fundo Estrutural	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	
Tipologia de Intervenção	42	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde
Tipologia de Operação	Infraestruturas e equipamentos de saúde	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil após a publicação do aviso
	Data de termo	30 dezembro 2022

Preâmbulo

Nos termos do disposto no Programa Operacional Regional do Alentejo, Eixo 6 – Coesão social e Inclusão, e do artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por RE ISE, publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

O Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por concurso, foi elaborado nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e do artigo 9.º do RE ISE.

Com o presente Aviso pretende-se garantir um nível de alocação dos recursos financeiros do eixo e do programa compatível com a boa execução dos recursos disponíveis para a região.

Assim, considerando que a dotação global do Programa Operacional Regional já está comprometida, não existindo recursos financeiros, no imediato, para o financiamento de novos projetos, o presente Aviso não constitui uma garantia de financiamento aos projetos que vierem a ser candidatados.

Constitui objetivo geral deste Aviso a constituição de uma reserva de despesa válida e elegível, cujo financiamento não está assegurado, mas que pode originar um financiamento efetivo, caso existam quebras acima do estimado, decorrentes de anulações de compromissos e da realização dos projetos abaixo dos valores aprovados.

Neste contexto e nos termos previstos nos n.ºs 7 a 11 da Deliberação n.º 08/2019, da CIC PORTUGAL, de 9 de abril, alterada pela Deliberação n.º 01/2022, da CIC PORTUGAL, de 21 de janeiro, a aprovação das operações não constitui garantia para o beneficiário de acesso ao financiamento do Programa Operacional Regional, ficando o mesmo condicionado à existência de disponibilidades apuradas ao longo do encerramento do programa.

Ao presente AAC são aplicáveis os princípios orientadores constantes do **“Mapeamento das Infraestruturas de Saúde”**, realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e aprovado pela Comissão Europeia.

1. Objeto, objetivos e prioridades visadas

O objeto deste AAC consiste em apoiar o reequipamento e consolidação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.

Considerando que o enquadramento em causa é feito por via da Prioridade de investimento 9.7 do objetivo temático 6, constitui objetivo específico do presente Aviso de Concurso qualificar e consolidar a rede de equipamentos de saúde.

As candidaturas devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos e prioridades acima enunciados.

2. Tipologia das operações

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, desde que enquadradas no exercício de planeamento de infraestruturas de Saúde denominado de **“Mapeamento das Infraestruturas de Saúde”**, fixado segundo os procedimentos estabelecidos mediante Deliberação da CIC n.º 24/2015, de 26 março, as operações com enquadramento na tipologia - “Investimento na área da saúde” - secção III do Capítulo IX do RE ISE:

“No âmbito da presente secção são elegíveis as ações que visem apoiar o reequipamento e consolidação infraestrutural do SNS que cumpram os seguintes critérios, em função do previsto nos respetivos PO.”

São suscetíveis de apoio os projetos, nas seguintes tipologias de operações previstas no número 1 do artigo 258.º do RE ISE:

- Qualificação e consolidação da rede de equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados hospitalares, bem como o reforço da diferenciação e complementaridade de serviços;
- Remodelação e beneficiação de serviços de urgência hospitalares.

3. Natureza dos beneficiários

São beneficiários elegíveis no âmbito do presente aviso de concurso as entidades públicas que prestam serviços de saúde ou outras entidades públicas mediante protocolo com os serviços e organismos do ministério responsável pela área da saúde.

São ainda beneficiárias as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com fins de saúde, cujos estabelecimentos integrem o Serviço Nacional de Saúde nos termos da alínea b) do n.º.1 e don.º.3, do artigo 2º do Decreto-Lei nº 138/2013, de 9 de outubro, que detenham acordo de cooperação com as entidades ou organismos da área governativa da saúde, nos termos do mesmo diploma.

4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários identificados no número anterior devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- vi) Apresentarem uma situação económica e financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

É ainda obrigatório o cumprimento, no âmbito do presente AAC, dos critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos no artigo 4.º do RE ISE.

Para além das condições fixadas nos números anteriores, apenas serão aceites as candidaturas cujos beneficiários, à data de encerramento do presente Aviso, apresentem, no conjunto das operações já aprovadas, uma taxa de execução igual, ou superior, a 80% do fundo global aprovado no âmbito do Programa Operacional Regional, considerando-se, para tal, o valor de despesa apresentada face ao investimento elegível aprovado.

O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

5. Área geográfica

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Alentejo.

6. Critérios de elegibilidade das Operações

6.1 - Aplicam-se ao presente Aviso as condições de acesso previstas no artigo 247.º do RE ISE:

Condições gerais de acesso:

- a) Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com os requisitos mínimos fixados pela autoridade de gestão nos avisos para apresentação de candidaturas;
- b) Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- c) Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos do investimento e do calendário de realização física e financeira;
- d) Demonstrem a sustentabilidade da operação após a realização do investimento;
- e) Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- f) Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- g) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia da operação, tal como definidas pelas entidades competentes.

Condições específicas de acesso:

- a) Considera-se como condição específica de acesso o grau de maturidade dos investimentos, à data de submissão da candidatura, e tendo por referência a componente principal do investimento a candidatar que justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- b) Apenas serão aceites operações em execução e que demonstrem face ao investimento total proposto na componente principal (ou de maior valor ou a fundamental para a concretização do investimento), um grau de maturidade de pelo menos 80%, suportado em autos de medição para investimentos infraestruturais com empreitada consignada, e/ou em documentos de despesa/faturas e comprovativos de transferência;
- c) Possuam a totalidade dos documentos constantes do **Anexo I**;
- d) As operações cumpram os requisitos de acessibilidade nos seus diferentes domínios (físico, sensorial, cognitivo e de comunicação), respeitando todos os diplomas, normas que regulamentam estas matérias e conhecimento técnico existente.

Para além dos critérios específicos de elegibilidade do beneficiário e das operações, previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e no RE ISE, é condição de acesso ao presente Aviso, tratar-se de intervenções que apresentem, simultaneamente, enquadramento no exercício de planeamento das infraestruturas de saúde ("**Mapeamento**"), enviado e aprovado pela Comissão Europeia

6.2 - As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro), na sua atual redação.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e no artigo 247.º do RE ISE, e tendo presente que este Aviso de Concurso se destina a apoiar exclusivamente intervenções ao nível das infraestruturas de

saúde, definem-se, nos termos do n.º 11, do artigo 15.º já referido, as seguintes restrições de elegibilidade da despesa:

- i) Não será elegível o financiamento da manutenção das infraestruturas;
- ii) Para além do disposto no número anterior, destaca-se a não elegibilidade de despesas com as intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos cofinanciados nos últimos 10 anos, conforme definido no n.º 2 do artigo 247.º do RE ISE;
- iii) No caso de operações geradoras de receita líquida, a despesa elegível de uma operação com custo total elegível igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

8. Critérios de seleção de candidaturas

As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e no artigo 11.º do RE ISE, devendo traduzir o alinhamento quer com os resultados que se pretendem atingir no âmbito do objetivo específico do Programa, quer com o documento relativo ao **“Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de saúde - Região Alentejo”**.

O indicador absoluto de Mérito da Operação (MO) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção (sendo o resultado arredondado a duas casas decimais), segundo uma metodologia de cálculo previamente aprovada pelo Comité de Acompanhamento do ALENTEJO 2020, conforme descrito no **ANEXO II – Referencial de Análise de Mérito da Operação**.

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula:

$$MO = (0,15 \times A1 + 0,15 \times A2) + (0,15 \times B1 + 0,20 \times B2 + 0,15 \times B3) + 0,15 \times D1 + 0,05 \times E1$$

em que:

A = Eficácia e impacto em resultados;

B = Eficiência, qualidade e inovação;

D = Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico;

E = Igualdade de oportunidades e de género

Os critérios acima enunciados serão avaliados através da utilização dos seguintes subcritérios:

A1 = contributo para a melhoria do acesso e redução de desigualdades;

A2 = contributo das operações para os objetivos e indicadores do Programa;

B1 = demonstração da viabilidade técnica e sustentabilidade financeira;

B2 = adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais;

B3 = adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais;

D1 = alinhamento das operações com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (ITI);

E1 = existência de instrumentos que asseguram a igualdade de oportunidades e de género.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.

9. Prazo de Execução das Operações

O prazo máximo de execução das operações é 31 dezembro de 2023.

Alerta-se, no entanto, que a elegibilidade do financiamento comunitário das despesas realizadas no âmbito da operação que vier a ser aprovada termina no dia 31 de dezembro de 2023, conforme definido no n.º 4 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, pelo que a operação deve estar concluída fisicamente até 30 de junho 2023.

10. Taxa de financiamento das despesas elegíveis e forma de apoio

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% sobre as despesas elegíveis, de acordo com o artigo 5º do RE ISE, e o incentivo assume a forma de subvenção não reembolsável.

11. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.balcao.portugal2020.pt), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) a candidatura deverá ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo I a este Aviso, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/ admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

d) ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia seguinte ao dia de abertura do presente aviso e **30 de dezembro de 2022**.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC.

A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 30 dias úteis após a sua submissão.

O prazo de decisão, de 30 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

13. Aceitação da decisão

- a) A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

b) O processo de aprovação e produção de efeitos em termos de pagamento do Apoio ao beneficiário ocorre em duas etapas:

- **Etapa 1:** Deliberação de Aprovação condicionada, com referência expressa no respetivo Termo de Aceitação. A Autoridade de Gestão poderá libertar o condicionalismo correspondente às candidaturas aprovadas de forma condicionada, de acordo com a hierarquia estabelecida no ponto “c”.
- **Etapa 2:** Deliberação de Aprovação não condicionada com a assinatura de uma Adenda ao Termo de Aceitação realizado na primeira etapa. Esta deliberação de aprovação retira a condicionante referida na etapa 1, permitindo o pagamento efetivo do Apoio correspondente à despesa submetida pelo beneficiário e validada pela Autoridade de Gestão.

c) **Prioridades no acesso ao financiamento (Etapa 2) das operações aprovadas no âmbito do regime de aprovação condicionada (Etapa 1)**

No caso de o financiamento ficar condicionado à existência de disponibilidades apuradas ao longo do encerramento do programa, serão prioritárias, para efeitos de pagamento do cofinanciamento, as operações que apresentem o relatório final submetido, com toda a despesa quitada, utilizando para efeitos de seriação o seguinte critério:

- Sequência cronológica de submissão do relatório final.

Em caso de igualdade da sequência cronológica de submissão do relatório final, o fator de desempate é o mérito absoluto da candidatura e, caso se verifique igualdade no mérito absoluto da candidatura, o fator de desempate será a maior taxa de execução de todas as operações aprovadas ao beneficiário no âmbito do Programa Operacional Regional que foi aferida à data do encerramento do presente Aviso.

14. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação global do Fundo FEDER afeta ao presente AAC é de **5.000.000€ FEDER (cinco milhões euros)**.

15. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura, para efeitos de coerência dos resultados propostos, o valor base de referência do indicador, quando aplicável, a metodologia de cálculo, bem como o valor da meta que se propõe atingir:

Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Designação	Designação
O.09.07.02.C - População abrangida por serviços de saúde melhorados (n.º.)	R.09.07.13.P - População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde (%.)

16. Redução ou revogação

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 15.º do RE ISE.

17. Documentação de referência

Legislação:

- a) Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação;
- b) Portaria n.º 97-A/2015, de 30 março, na sua atual redação;
- c) Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro, na sua atual redação.

Outra documentação relevante:

- a) *Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de Saúde - Região Alentejo*, aprovado pela Comissão Europeia;

- b) Programa Operacional da Região Alentejo 2014-2020.

18. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), têm acesso:

- a) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Aviso de Concurso e documentação anexa;
- c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu “Contacte-nos”;
- d) A ponto de contacto para obter informações adicionais (www.alentejo.portugal2020.pt)

16 dezembro 2022

António Ceia da Silva

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

Anexos ao presente AAC:

Anexo I – Listagem documentação a submeter;

Anexo II – Referencial de Análise de Mérito das Operações

Anexo I – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

- **Memória descritiva e justificativa que inclua:**
 - a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso;
 - b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação, **quantificando o(s) público(s) alvo e as necessidades a suprir com a intervenção candidatada;**
 - c. Calendário de realização física e financeira;
 - d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos;
 - e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável;
 - f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável;
 - g. Grau de maturidade das componentes de investimento, de acordo com o exigido no **ponto 6 – Critérios de admissibilidade das operações** do presente aviso de concurso, para a componente principal do investimento a candidatar;
 - h. Maturidade das componentes de investimento, com a apresentação da documentação inerente aos respetivos procedimentos de contratação, Autos de Medição e correspondentes documentos de despesa e quitação;
 - i. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
- **Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão.**
- **Outra documentação específica decorrente do aviso.**

- Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.
- Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
- Checklist “Regras Ambientais” (ficheiro anexo).
- Checklist “Igualdade de Oportunidades” (ficheiro anexo).
- Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e do RE ISE.

Anexo II – Referencial de Análise de Mérito da Operação

INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE

No presente âmbito, o Mérito da Operação (MO) é determinado através da utilização dos seguintes critérios:

- A. Eficácia e impacto em Resultados
- B. Eficiência, qualidade e inovação
- D. Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico
- E. Igualdade de oportunidades e de género

Considerando a seguinte fórmula:

$$MO = (0,15 \times A1 + 0,15 \times A2) + (0,15 \times B1 + 0,20 \times B2 + 0,15 \times B3) + 0,15 \times D1 + 0,05 \times E1$$

Cada subcritério é pontuado numa escala de 1 a 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima. Para que possa ser elegível, a operação tem que obter uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Critério A. Eficácia e impacto em Resultados da operação

O presente critério pretende avaliar o contributo da operação para a integração de serviços públicos e para as estratégias e objetivos de políticas públicas de modernização e capacitação na área da Saúde, para a concretização dos Indicadores de Resultado fixados para os PO, bem como para a melhoria da prestação do serviço aos utentes, avaliado através da utilização dos seguintes subcritérios:

A1 = contributo para a melhoria do acesso e redução de desigualdades;

A2 = contributo das operações para os objetivos e indicadores do Programa.

Critério B. Eficiência, qualidade e inovação da operação

O presente critério pretende avaliar se a entidade beneficiária demonstra capacidade para concretização de operações candidatas, bem como se a operação está bem estruturada e comporta os recursos

(físicos, financeiros e humanos) necessários para os objetivos que pretende atingir, designadamente ao nível da organização interna do beneficiário, avaliando ainda o grau de inovação ou de replicabilidade da operação, avaliado através da utilização dos seguintes subcritérios:

B1 = demonstração da viabilidade técnica e sustentabilidade financeira;

B2 = adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais;

B3 = adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais;

Critério D. Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico da operação

O presente critério pretende avaliar o contributo da operação para o alinhamento com outros instrumentos de política pública, designadamente sectorial e para apreciar os níveis de cobertura territorial e do público-alvo da tipologia de operações, avaliado através da utilização dos seguintes subcritérios:

D1 = alinhamento das operações com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (ITI).

Critério E. Igualdade de oportunidades e de género

O presente critério pretende avaliar a existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso aos cuidados de saúde prestados, avaliado através da utilização dos seguintes subcritérios:

E1 = existência de instrumentos que asseguram a igualdade de oportunidades e de género.